

ATA Nº 231 DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
CAPELINHA PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS NOVOS MEMBROS E DA DIRETORIA DO  
MANDATO 2025-2027

DATA: 01/12/2025

Ao 1º dia do mês de dezembro 2025 às 15 horas foi realizada a reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Capelinha no Salão de reuniões do Asilo São Vicente de Paulo. A reunião foi iniciada agradecendo a participação de todos. Foi justificada a ausência da Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Zenilde Bruno dos Santos, e da conselheira representante dos trabalhadores, Sra. Creildes Moreira Pereira, ambas possuindo uma reunião previamente marcada no mesmo horário. Também foi justificada a ausência do Sr. Otacílio Moreira da Silva, presidente do último mandato deste conselho. Fica registrada a presença da Sra. Brenda Judith, participante do mandato anterior. Primeiramente, foram lidas as indicações do setor governamental e os eleitos da sociedade civil: Marcos Bernardo – Titular - Representante Governamental da Secretaria Municipal de Assistência Social. Juliana Celestino de Sousa – Suplente – Representante Governamental da Secretaria Municipal de Assistência Social. Ivanilde Alves de Souza – Titular - Representante Governamental da Secretaria Municipal de Saúde. Maria de Fátima Mendes – Suplente - Representante Governamental da Secretaria Municipal de Saúde. Eliane Alves Santana – Titular - Representante Governamental da Secretaria Municipal de Educação. Maria Imaculada Sampaio Oliveira – Suplente – Representante Governamental da Secretaria Municipal de Educação. Eva Soares dos Santos – Titular – Sociedade Civil Representante dos Usuários. Maria José Barbosa – Suplente - Sociedade Civil Representante dos Usuários. Claudinéia Cordeiro Silva – Titular – Sociedade Civil Representante dos Trabalhadores. Creildes Moreira Pereira – Suplente – Sociedade Civil Representante dos Trabalhadores. Maria do Carmo Soares Carvalho – Titular - Sociedade Civil Representante das Entidades e Maria Cordeiro de Souza Alecrim – Suplente - Sociedade Civil Representante das Entidades. Após, foi dada oportunidade para os novos membros se apresentarem. Claudinéia iniciou sua fala dizendo que já foi presidente do CMAS como governamental em mandatos anteriores mas que hoje está no conselho representando os trabalhadores e falou da importância do conselho ter pessoas interessadas na construção de uma política pública melhor para todos. Maria Cordeiro e Maria do Carmo se apresentaram brevemente como representantes das entidades. Marcos Bernardo falou do seu histórico e que já foi presidente do CMAS assim como da APAC no Município de Santa Maria do Suaçuí. Eva falou sobre seu histórico de defesa de direitos das pessoas com deficiência e falou da necessidade de formação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que ainda se encontra parado. Isso iniciou um debate sobre os motivos que levaram a essa situação, incluindo a necessidade de articular com a gestão a edição de Lei Municipal sobre o tema, cuja redação já foi apresentada à antiga gestora da pasta, Sra. Virgínia, mas que após a mudança na gestão, não houve retorno da

*Marcos Bernardo, Maria José Barbosa,  
Eva Soares dos Santos, Maria Imaculada Sampaio Oliveira,  
Maria Cordeiro de Souza Alecrim,  
Marcos Bernardo*

sobre a situação, devendo o conselho articular a formação desse importante colegiado em prol das pessoas com deficiência. Ela também falou da sua luta por um de seus filhos ter limitações, e da dificuldade de acesso dentro do município a serviços para esse público, em especial daqueles provenientes da Política de Saúde. Maria Imaculada cobrou a criação o Conselho da Pessoa com Deficiência e Claudinéia disse estar muito contente com presenças tão engajadas no CMAS. Eva completou dizendo que por já ter usufruído da Política de Assistência Social, ela entende o quão importante ela é para as pessoas. Maria José se apresentou, falou sobre sua história e disse que também presencia e sofre diariamente essas mesmas dificuldades que a Eva comentou em sua colocação. Maria Imaculada, em sua explanação, falou sobre a importância da integração das pessoas com deficiência na educação, com acesso a todos os direitos previstos na legislação, e que agora é o momento de garantir que aquilo que consta nas leis sejam de fato assegurados. Após esse momento, foi falado da necessidade de escolha dentre os membros presentes o Presidente e Vice-Presidente do atual mandato. No caso, como o presidente anterior era da sociedade civil, devido ao revezamento previsto em lei, o conselho agora deverá ser presidido por um membro governamental. O único governamental titular presente na reunião foi o Sr. Marcos Bernardo, que foi indicado pelos presentes ao cargo, o que aceitou, e após colocado em votação, foi eleito por aclamação. Foi levantado o nome da Sra. Eva como vice-presidente, que também foi eleita. E dessa forma, após a eleição, ficam empossados como presidente e vice-presidente do CMAS mandato 2025-2027. Em seguida, foi passado para a próxima pauta: o Plano de Ação da Rede Socioassistencial para Atuação em Situação de Emergência e Calamidade Pública no Período Pluvial dos Anos 2025-2026. Foi lembrado que o conselho já aprovou o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências na última reunião ordinária, devendo agora o conselho analisar o Plano de Ação desenvolvido. Marcos Bernardo explicou que o Plano foi construído baseado nos históricos de situação e calamidade vivenciados pelo município em anos anteriores, assim como os dados disponíveis pela rede. Ele explicou que o plano prevê a disponibilização de técnicos específicos para acompanhamento inicial das famílias desalojadas durante as situações de emergência e calamidade, assim como a escolha de um ponto de apoio para o encaminhamento dessas famílias e indivíduos, assim como a previsão de metas e adoção de protocolos de trabalho para encaminhamento de informações e demandas pela rede e direcionamento de pessoas. O Plano passou de mãos e mãos pelos conselheiros enquanto era explicado os pontos importantes do mesmo. Eva falou que já passou por esse tipo de situação em 2013 quando o município foi afetado por um grande volume de chuvas que atingiu fortemente praticamente toda a cidade e questionou se existe algum prazo para solução às pessoas que forem desalojadas, o que foi respondido que o Plano não prevê prazos pois depende da complexidade da situação, mas que prevê a articulação com a Defesa Civil, e em especial o departamento de Habitação, de forma a garantir às pessoas o acesso ao direito à moradia. Também disse que as famílias

*MJ, Maria José Barbosa, Maria Imaculada Jompa de, Eva Soares dos Santos, Maria Corduro de Souza e, Marcos Bernardo*

atingidas são prioritárias nos projetos e programas voltados para a área de habitação. Maria Imaculada falou sobre a estagnação sobre o tema no município, em especial sobre o Plano Diretor pensado em 2012 e que não saiu do papel, e que caso o mesmo tivesse sido seguido na época, hoje as demandas relacionadas às chuvas seriam bem menores. Claudinéia completou dizendo que é muito bom que o município tenha um plano para enfrentamento dessas situações, e que ele tenha sido feito por um técnico baseando-se em dados e informações provenientes das situações enfrentadas anteriormente. Foi então colocado em votação e o plano foi aprovado pelos presentes. Em seguida, foi falado sobre o Termo de Aceite do Cofinanciamento Federal das Ações Estratégicas de Enfrentamento ao Trabalho Infantil – AEPETIs. Claudinéia comentou sobre o grande aumento verificado de trabalho infantil no município após o período de pandemia e Maria Imaculada falou dos desafios de conscientizar a população e mesmo as autoridades sobre os malefícios do trabalho desprotegido, em especial para crianças e adolescentes, e que o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem tido dificuldade em lidar com essa realidade, pelo pouco apoio que tem do poder público, promotoria, ect.. Claudinéia completou dizendo que muitos dos casos que ela acompanha no CRAS envolvendo adolescentes e jovens com problemas relacionados à drogas são provenientes do trabalho em serralherias e oficinas, e que esses adolescentes acabam se tornando alvos fáceis do tráfico. Maria José comentou da falta que faz o PROERD realizado pela Polícia e como ele era bom para as crianças e adolescentes, e Maria Imaculada respondeu que acredita que esse programa não teve ações durante esse ano. Após discussão, o conselho decidiu aprovar o Termo de Aceite para o Cofinanciamento Federal. Não tendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Marcos Paulo Cordeiro lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por todos. Capelinha, 1º de dezembro de 2025.

Marcos Paulo Cordeiro, Maria José Barbosa  
Eva Soares dos Santos, Maria Imaculada Tompino Queiroz,  
Maria Cordeiro de Souza Alecrim  
Marcos Romão